

O Brasil na Complexa Construção de seu Território

Fernando Lira¹

Resumo

Este artigo procura explorar o novo conceito econômico, social e político de território, que pode ser um espaço físico natural e ou, um espaço construído a partir da identidade e desejos de seus habitantes, quase sempre expressos na relação de poder territorializado.

No Brasil, o modelo primário exportador teve decisiva influência na formação territorial do país, que se faz presente, também, no novo espaço urbano-industrial, conservando e consolidando quase que a mesma estrutura de poder do padrão primário exportado do início do século XX, preservando a hegemonia política de definição de prioridades nacionais, mesmo com o surgimento dos novos econômicos, que nascem no processo de crescimento econômica, com a forte promessa de novas lideranças que modificaria essa visão territorial primário de formação do país.

Herdando essas características de poder, que resistem ao processo de mudança amplificado do território nacional, até os dias atuais o setor primário, com destaque para o agronegócio, representou em 2012, aproximadamente, metade das exportações brasileiras, com queda da participação industrial e de serviços, conservando no século XXI, o território brasileiro como um espaço essencialmente atrasado e agropecuário.

1. INTRODUÇÃO

A distribuição da posse da terra e, sobretudo, da renda, decorrentes da riqueza patrimonial e gerada anualmente pela força de trabalho brasileira marcaram o país, durante um período muito longo, que alcanço todo o século XX, como uma das nações mais injusta do planeta. afetando toda sua economia e distorcendo os seus preços relativos de forma a construir um território de privilegiados, cujas decisões autocrática eram tomada a revelia da sociedade.

Nessa perspectiva podem-se destacar, por exemplo, bruscas oscilações cambiais, para favorecer os grandes exportadores, taxas de juros elevadas, redução e direcionamento dos recursos do crédito em geral, correção parcial dos preços mínimos, elevação de impostos e construção de uma infra-estrutura voltada toda ela quase que exclusivamente para atender a demanda do setor automobilístico, e exportador de pouco

¹ Pós-doutorado pela Universidade de Lion na França. Professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, Fac.

eficácia econômica, social e, sobretudo ambiental, construção sustentável de território nacional, sabidamente de dimensões continentais como é o Brasil.

Todavia; esse processo histórico tem sido linear, regular, passando pela a fase primária exportadora, e alcançando severamente o início e consolidação do nosso padrão de industrialização, provocando um grande desequilíbrio, social, regional e de preços relativos, construindo um espanco territorial extremamente desigual, violento de todos os pontos de vista da cidadania e liberdade na construção do territórios sustentáveis.

No pós-guerra, a política econômica foi toda ancorada pelo padrão de construção do território rural, para apóia os distritos industriais, fornecendo modelo de gestão matérias-prima, capitais, e mão-de-obra, para abastecer o mercado e consumir produtos de luxo, reproduzindo de forma modifica uma nova liderança industrial, que pensa e age nos padrões agrários de construção dos novos territórios que conserva os privilégios e modelos de decisões sem participação de todas as partes envolvidas

O território que é o ambiente onde se executa um projeto político de desenvolvimento territorial. Um projeto territorial é essencialmente político, envolvendo atores e instituições locais que não necessariamente defendem os mesmos grupos, interesses e idéias, mas trabalham de forma articulada, buscando consensos em torno de um tipo de desenvolvimento, que no caso brasileiro topo poder emanava da elite agrária e seus interesses que chega, de forma decisiva, a modelar o novo espaço territorial urbano-industrial, sem qualquer preocupação com as condições, físicas, sociais e ambientais em que vive a sociedade que o constitui. Nesse cenário, de todo tipo de desigualdade e ausência dos direitos fundamentais, os territórios rurais e urbanos foram consolidado num ambiente de extrema violência que para manter o estado de heterogeneidade de direitos e deveres foi constituído uma aparato institucional fisiológico, corrupto e de interesse claramente defino em favor da nova elite que nasce do velho agrário e para a sociedade em geral restou às oportunidades do salve quem poder criando um ambiente urbano industrial desfavorável as relações humanas minimamente civilizadoras, como preconizava a visão ocidental. Atualmente, fala ou viver no urbano é desconfortável, insalubre e de relações impessoais, que geram o estranho, o perigoso o desumano, selvagem, o fora da lei, com de baixíssima qualidade de vida que só sobrevive na favela.

Normalmente no Brasil o projeto territorial é guiado por uma atividade/ação dominante, quase sempre econômica, e em torno dela, ou além dela, quase não se desenvolvem outras atividades, que beneficiam mais pessoas e novos ambientes. Para serem considerados territórios os projetos ultrapassam os limites econômicos e municipais e não se restringem a uma única atividade/ação; Importa destacar que no planejamento e execução do projeto territorial, Nesse quadro, ainda que se busquem consensos, sempre predominam interesses de um grupo ou de uma categoria social, de forma que cada território apresenta características impares, com diferentes impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais. Como é o caso das desigualdades regionais tão faladas e pouco combatidas no país.

A um território correspondem políticas públicas específicas, segundo as condições objetivas, econômicas, sociais, e institucionais; de cada microrregião. É possível um planejamento particular; não generalista, com base nas ações e atividades futuras de cada projeto territorial. A regionalização por projeto territorial permite ao poder público coordenar um conjunto de projetos destinados a promover o desenvolvimento econômico e social de uma microrregião; a partir de uma estrutura institucional que garanta as condições de sustentabilidades das atividades econômicas no tempo e é na verdade a ausência dessa estrutura institucional sadia, que os investimento dirigidos às regiões brasileiras perdem sua eficácia e eficiência, como no famoso exemplo da indústria da seca no Nordeste. Portanto, é urgente que o Brasil crie um quadro institucional novo, sem vícios, ágeis, focados em objetivos claros e monitorados socialmente.

2. O TERRITÓRIO NO ENFOQUE CONCEITUAL

Como um primeiro passo, o conceito de território é apresentado desde a sua origem, que está intimamente ligada ao conceito de "espaço". Para entender esta relação entre "espaço" e "território", as três entradas que dão significado ao conceito estão expostas, às práticas, as representações e os atores. Portanto, o conceito de territorialização é abordado como a construção e apropriação dos territórios. Em seguida, o território apresenta-se como um local de expressão e de encenação de atores. Por último, com o desejo de realização esta pesquisa, a definição da terra esta colocada.

Os territórios são apresentados como expressão da ação dos atores em favor do desenvolvimento e nessa perspectiva são vistos como uma apropriação do espaço, mas o

temo território foi diferenciado daquela compreensão de espaço que a geografia adotou por muito tempo, Assim, qualquer que seja a definição que a adotarmos será uma compreensão menos geográfica do que econômica.

No sentido econômico o território nasce geralmente por aquisição da população de um espaço e de uma competência específica, a partir das vantagens naturais e humanas como ilustra os pólos de competência ou de competitividade. Em Ecologia, um território significa uma zona coberta por espécies vegetais ou de povoamento de uma ou várias espécies de animais. Mas em ciências humanas o território exprime também o espaço de vida para espécie humana.

Para os economistas o território é o reencontro da história e da geografia dentro do campo econômico, pois é visto pelos economistas como uma dimensão subjetiva que resulta e transmite uma identidade coletiva e, portanto, uma projeção coletiva para uma futura ação, em torno de projeto de desenvolvimento territorial, bem como, a dimensão política institucional do território é para o economista muito mais um jogo de atores que constitui o elemento de circunscrição ou de delimitação do território, mais do que a ação formal institucional (SANSON 2003)

No sentido político os territórios são definidos como a tentativa de um indivíduo ou grupo de influência, manipular ou dirigir os outros indivíduos, os fenômenos sociais e as relações sociais delimitando uma autoridade de liderança sobre uma dada região geográfica. O território é uma zona marcada pela política, em qualquer estrutura da sociedade. O território é uma construção social, em um determinado espaço. SACK (1986) O termo "território" está a se generalizando ao ponto de se tornar polemico, para (LEVY, 2003) Portanto, o território não é nem um sinônimo nem substituição da palavra "espaço". Entendemos mais facilmente por LUSSAULT (2002) "o espaço em todas as suas manifestações é um ingrediente essencial para a visibilidade e, conseqüentemente a compreensão das coisas. Se há, evidentemente, o espaço no território, ele não é considerado como neutro e ou isotrópico.

Múltiplos componentes (ambientais, sociais, econômica, institucional), fornecem à especificidade, a identidade, a configuração e o funcionamento do todo. Compreender um território é realçar as interações entre seus diferentes componentes, e não

Ser visto como camadas sucessivas. Segundo Gumuchian (1991), um território é na verdade um sistema complexo que para RIGALDIES (1996). Envolve-se em três tramas: A primeira de natureza socioeconômica; a segunda é uma trama de

representações, de natureza geo-histórica e geo-simbólica, que são tramas de representação; a terceira é a tomada de decisão e ação, que corresponde ao tecido de natureza institucional. Estas três componentes funcionam concomitantemente e são precisamente pela variabilidade e especificidade de cada uma delas que toma corpo as ambigüidades internas ao território e as dificuldades na articulação dos diferentes territórios.

Nesse enfoque, o território é na verdade uma área de jogo político, econômico e social, Todavia para entender essas três tramas, MOINE (2005) explica que a primeira trama no espaço geográfico é feita pelos indivíduos que fecham assim o território dentro de limite bastante rígidos, administrativos, mas instável em torno de umas infinidades de lugares (SACK 1997). A primeira trama, por um espaço, é inevitável que a apropriação seja feita por grupos de indivíduos, e anexou a área dentro de limites bastante rígidos, administrativo, embora se movendo mais em vários lugares (SACK, 1986, 1997). A construção do território é então dominada pelo papel do Estado, que segundo PINCHE MEL (1997) "controle, mantém sua integridade [...] em uma posição de autoridade, competência, para em seguida, definir o território como "Âmbito do poder".

A segunda trama, ela se dar através da experiência, da percepção e dos múltiplos filtros que os qualificam numa hierarquia de representações sobre a organização espacial, que dar sentido ao território (FOURNY, 1995). Isto é feito através de uma combinação de características de um processo de síntese Integrativa (MUCCHIELLI 1986). Assim, "o território é um mecanismo de recursos físicos e simbólicos capazes de estruturar as condições práticas para a existência de um indivíduo, os grupos sociais e seu coletivo sobre sua própria identidade.

Para (DEBARBIEUX, 2003). O território seria, portanto uma construção conceitual baseado em dois pilares, muitas vezes apresentados como opostos, em Geografia: o material e o ideal. O Material, o espaço geográfico é um subsistema do território. Quanto ao ideal, ou o simbólico estão relacionado aos sistemas de representação que dirigem a sociedade, dentro da visão que elas têm do seu ambiente.

De acordo com DI MEO (2003), "o Território é uma apropriação ao mesmo tempo econômico, ideológico e político (sociais, de forma) do espaço por grupos que se apropriam de uma representação especial de si próprios e de sua história.

Terceira trama significa o espaço geográfico e suas representações onde, neste espaço, se dá às representações dos atores na ação constante que dão sentido aos territórios rurais. Segundo LIMENEZ (2002) é um verdadeiro paradoxo, justo quando a globalização sugere um mundo no qual as distâncias estariam banalizando-se haja simultaneamente, uma recuperação da dimensão territorial, não só no plano teórico, mas sim na realidade das estratégias empresariais e das políticas públicas. Nesse contexto faz-se necessário apresentar algumas abordagens conceituais que alguns autores propõem para o termo território.

Para LIMENEZ (2002) desenvolvimento territorial está relacionado com caráter localizado dos processos de acumulação, de inovações e de formação do capital social. Já SCHNEIDER (2003, p. 8) se refere ao território como sendo um espaço de atuação e, que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais construídas a partir das ações dos indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo e, que estão inseridas. Ainda segundo este autor, as soluções e respostas aos problemas existentes nos territórios se encontram nos próprios territórios.

VELTZ & JIMENEZ (2002, p. 26), por sua vez, enfatiza que o território é uma estrutura ativa e não somente como um Perímetro das atividades produtivas e, portanto não são campos de manobras, mas atores. SANTOS (2000), por sua vez, destaca o sentimento de pertencimento e/ou identidade que as pessoas possuem em relação aos territórios em que vivem. Nas palavras desse autor; o território consiste no chão da população, isto é sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS (2000, p. 96) reforça esta idéia. Para SILVA (2003, p. 118) o território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente especializadas; incluindo sua perspectiva ambiental. Em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas; os territórios apresentam grande diversidade com fortes características idênticas e isto envolvendo diferentes escalas.

Os territórios assim identificados tendem, potencialmente, a implementar laços de coesão e solidariedades. ABRAMOVAY (2000, p.6) enfatiza a dimensão socio-relacional ao propor o seu conceito de território considerando os territórios mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido

social; uma organização complexa feita por laços que vão, muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicação. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Em casos de grandes potencialidades naturais ou na quase total restrição das mesmas, a potencialidade básica de qualquer local; região ou país está assentado em sua população, ou mais amplamente em seu ambiente: a interação dessa gente, por meio de sua cultura, como o território e suas relações externas. Essa é a alavanca principal do processo de desenvolvimento e que requer grandes esforços de fomento e promoção.

Em última análise, o conceito de território está intimamente ligado ao de "espaço" geográfica, desde as suas definições sugerem alguns redundância, conforme avaliação da leitura destas duas definições dos geógrafos: A primeira é emprestada por LE BERRE (1992), segundo o qual, "o território é a porção da superfície terrestre adequada para um grupo social, para a sua produção e suprimento das suas necessidades básicas; A segunda é que a definição de Brunet (1993) para quem "o espaço geográfico é a área utilizada e desenvolvida pelas empresas para a sua reprodução, não apenas para alimentação e alojamento, mas a toda a complexidade das ações sociais".

Por finalizar, cabe citar o conceito de território do Ministério 2005, como sendo a área de atuação de um projeto político-institucional, que se constrói a partir da articulação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns. Partindo-se do entendimento político, desenvolvem-se projetos produtivos; sociais, culturais e ambientais, normalmente orientados ou liderados por um projeto dominante ou idéia-guia. Para avaliarmos o impacto das transformações recentes do campo sobre a estrutura teórico-metodológica e temática da Geografia Rural, convém efetuar uma digressão para levantar alguns aspectos da sua trajetória. Segundo TEIXEIRA E LAGES (1997), quando a Geografia Humana moderna surgiu, na segunda metade do século XIX, o mundo ocidental era ainda amplamente rural e, nesse espaço, as atividades agrícolas eram preponderantes.

3. O TERRITÓRIO: CONSTRUÍDO NO ENFOQUE GLOBOL E LOCAL

O termo globalização, cunhado pela mídia, Norte-americana na década de 80, é objeto de fortes divergências de interpretação sobre seu real significado e sobre suas

implicações. O Global diz respeito à inexistência de limites internos, enquanto internacional e multinacional têm como referência os espaços nacionais, seja, no primeiro caso, correspondente a relações, de fluxos e atividades entre nações, seja, no segundo, a ação e estratégia envolvendo mais de uma nação.

Os primeiros passos para uma integração global efetuaram-se a partir do século XV, quando, em meio a um conjunto de transformações, intensificaram-se as trocas internacionais com as grandes navegações. A partir das últimas décadas do século XIX, as potências mundiais assumiram progressivamente estratégias globais, centradas na disputa pelo controle de mercados em escala mundial, ampliando-se também a interdependência econômica financeira dos países. Ao mesmo tempo em que se expandiam as fronteiras econômicas, verificava-se uma afirmação da nacionalidade, "ou melhor, de nacionalidades rivais".

Na segunda metade do século XX é que se configurou mais amplamente uma economia mundial capitalista. Na década de 70, um novo quadro político-econômico despontou: não se tratava apenas do início de um longo período de recessão econômica, mas de mudanças estruturais no cenário geopolítico e econômico mundial. Na busca para uma saída da crise econômica, uma profunda reformulação na base técnica e na estrutura organizacional da produção foi impulsionada a partir das economias centrais. Configurou-se a passagem para um novo padrão tecnológico e produtivo, centrado no desenvolvimento e difusão das modernas tecnologias da informação e comunicação. Estas impactaram sensivelmente os usos e significados do espaço e do tempo, aprofundando o processo de internacionalização das economias e difundindo o uso do termo, a globalização.

A globalização corresponde a um novo tipo de relação entre o local/presente e o distante/ausente, por meio das redes, que estabelecem interações e conexões perpassando o conjunto do planeta. A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são manipulados por eventos correndo a milhas de distância e vice versa. Esse é um processo dialético, porque tais que conteúdos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. Globalização significa ainda que não há mais espaço preservado, isolado. Fluxos e redes – de bens, recursos e pessoas – perpassam e integram seletivamente os territórios. O acesso e o controle dessas redes e fluxos são estratégias na vantagem

competitiva e no exercício do poder em todas as escalas geográficas. A globalização traz consigo também a fragmentação, a reemergência de questões e reivindicações subnacionais, raciais, étnicas e religiosas em praticamente todos os continentes, tendendo a reacenderem-se, a intensificarem - se e a interpenetrarem-se em conflitos territoriais mais pulverizados.

A globalização gera também exclusão, tanto no plano das relações internacionais como, o no plano interno dos países. Enquanto se globalizam os mercados e as transações financeiras, amplia-se a distância que separa os países mais e menos desenvolvidos. A relativa perda de importância econômica das matérias-primas e da mão-de-obra barata (antes uma vantagem comparativa dos países periféricos), e o controle do capital, da tecnologia e das comunicações pelos países de economia avançada contribuem para agravar a marginalização dos países pobres no cenário mundial. Nos espaços nacionais, apenas os extratos sociais e as regiões que participam ou estão conectadas nas redes planetárias de circulação e consumo vale-se dos benefícios da globalização.

A globalização e a instantaneidade das comunicações geram novas relações espaço-tempo e engendram relações inéditas entre distintas temporalidades. Trata-se, na verdade, do aprofundamento de tendências que já se verificavam desde a passagem para a modernidade e o capitalismo. Enquanto as sociedades pré-modernas possuíam em sua maioria uma dimensão localizada, havendo uma plena coincidência entre o espaço (lugar) e o tempo, a modernidade engendrou uma mudança radical nessa relação; processando um verdadeiro desencaixe tempo-espaço. Dois fatores foram particularmente relevantes nessa passagem, a uniformização da medição do tempo, desvinculando-a de ocorrências naturais, pela invenção e difusão do uso do relógio mecânico, a partir de fins do século XVIII, e a universalização do dinheiro como meio de troca, possibilitando dinheiro como meio de troca, possibilitando a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço.

Atualmente testemunhamos outra difícil rodada no processo de aniquilação do espaço por meio do tempo que sempre esteve no centro da dinâmica capitalista, cuja história tem-se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que, por vezes, o mundo parece recolher-se sobre nós. A aceleração do tempo de giro do capital por meio da financeirização das economias, a diminuição dos ciclos de vida dos produtos – na

produção, consumo e descarte – e a efemeridade de idéias e valores tornaram-se traços característicos do mundo contemporâneos, acentuando radicalmente a velocidade do tempo. As modernas tecnologias da informação e comunicação anulam o espaço através do tempo, revolucionando as relações espaços-temporais. Ao tempo extensivo que buscava aprofundar todo o caráter infinitamente grande do tempo sucede hoje um tempo intensivo que desta vez aprofunda o infinitamente pequeno do espaço e da matéria.

Assim é que a velocidade se impõe, apresentando-se como um dado irreversível no mundo atual e passando a fazer da família dos imaginários da globalização e das técnicas. Não se pode, entretanto, deixar de atentar para o fato de que a velocidade assim utilizada é duplamente um dado da política e não da técnica. De um lado, trata-se de uma escolha relacionada com o poder dos agentes e, de outro, da legitimação dessa escolha, por meio da justificação de um modelo de civilização. O que já se batizou de cronopolítica, fazendo predominar, sobre a geografia do dia meteorológico ou astronômico, a geografia do dia da velocidade técnica e da excelência competitiva.

Evidencia-se assim, que os fenômenos de dominação e de desigualdade apóiam cada vez mais sobre o domínio do espaço e dos fluxos, tanto quanto sobre o domínio do tempo. A temporalidade busca impor-se assim, à territorialidade, compelindo os territórios, nas suas varias escalas, a adotarem o mais rapidamente o novo padrão tecnológico, socioeconômico e produtivo, como forma de garantir vantagens competitivas. Tais vantagens são em grande fração determinadas pela tecnologia e também das condições particulares do território, em termos de recursos e da iniciativa política. Dai que a importância da territorialização não apenas se mantém, mas também se renova territorialidade essa que só se pode construída no tempo global e não no tempo lento do fazer historia.

Nesse cenário global de valorização dos critérios universais de produção e com destaque para produtividade e competitividade, Depois de anos de expansão o território brasileiro, agora, perde espaço no comércio mundial em face de sua baixa competitividade global. As exportações e importações brasileiras desabam, tem um desempenho em 2012 bem abaixo da média mundial e o país reduz sua participação no comércio global.

Dados de maio de 2012, divulgados pela Organização Mundial do Comércio revelam que, por conta da crise européia, as vendas brasileiras ao mundo sofreram uma

contração de 5% no ano passado, resultado bem pior que o dos demais emergentes e do resto do mundo.

O protecionismo brasileiro e a desaceleração do crescimento também tiveram sua repercussão: as importações ao País despencaram a níveis bem mais profundos que dos demais emergentes e o País caiu no ranking dos maiores importadores. No geral, a OMC (Organização Mundial do Comércio), apresentou uma drástica revisão para baixo das perspectivas de crescimento do comércio em 2013, em mais um sinal claro da dificuldade da economia mundial em sair de sua crise.

A contração do PIB (Produto Interno Bruto) na Europa, a maior importadora do mundo, afetou a todos e continuará a impactar os exportadores nos próximos dois anos. Com US\$ 257 bilhões em vendas, o Brasil se manteve na 22ª posição entre os maiores exportadores mundial, com meros 1,3% do comércio mundial em 2012. Mas, em 2011, o Brasil representava 1,4% das exportações do mundo.

No ano, o Brasil caiu em 5% em vendas, contra uma média mundial se mantendo estabilizada. O resultado de 2012 se contrasta com a expansão dos últimos anos. A média entre 2005 e 2012 foi de um crescimento de 11% em valores nas vendas nacionais, bem acima da média mundial de apenas 8%. Em 2010, as vendas subiram em 32%, contra 27% de expansão em 2011.

Agora, o ano registra uma contração. Em volumes, as vendas nacionais tiveram um crescimento de 3,1% em 2011. Mas, em 2012, enquanto o mundo cresceu em 2%, o Brasil sofreu uma contração de 1,3%, numa prova que a balança comercial nacional dependia dos preços das commodities e que acabaram caindo. Para Coleman Nee, economista (2012, p23) da OMC, o resultado no Brasil tem uma relação direta com a crise na Europa e seu impacto na China. “O motor da contração tem sido a Europa, afetando não apenas aqueles países que vendem para o mercado europeu, mas também aqueles que vendem matérias primas para a China que, por sua vez, exportam produtos acabados para a Europa”. O Brasil seria um desses casos. protecionismo – O Brasil também teve um resultado nas importações abaixo da média mundial. Se o resultado global foi uma estagnação, as importações do Brasil registraram uma contração de 2% em valores. Em volume, a contração foi de 2,1%.Em média, os países emergentes tiveram uma expansão em importações de 4,6%.

Questionado se o protecionismo brasileiro contribuiu para esse resultado, Nee(2012, p 35) apenas disse: “certamente essas medidas não ajudaram a aumentar o

comércio”. O resultado acabou fazendo o Brasil perder uma posição no ranking dos maiores importadores, caindo da 21ª para a 22ª posição mundial. Estagnados – Para o restante do mundo, a OMC apresentou previsões dramáticas para 2013.

No ano passado, a entidade havia alertado para um crescimento de apenas 4,5% no comércio mundial em 2013, abaixo da média dos últimos 7 anos de 8%. A previsão foi reduzida no final do ano para 3,7%. Agora, com a situação na Europa se deteriorando rapidamente e a dificuldade de países emergentes em compensar pela recessão nos países ricos, a nova previsão aponta para um aumento do comércio de meros 3,3% em valores.

Em volume, o comércio mundial não cresceu. Os resultados de 2012 também foram revistos para baixo. Em setembro, a OMC havia indicado que a expansão havia sido de 2,5%. Agora, o resultado final foi um crescimento de apenas 2%. Outra constatação é o distanciamento cada vez maior da China como maior exportadora do mundo, mesmo diante da crise na Europa. Em 2012, Pequim terminou com 11,2% das vendas mundiais, mais de um ponto percentual a mais que em 2011, com US\$ 2 trilhões. Em 2012, as vendas subiram em 8%. O segundo lugar ficou com os EUA, com 8,4% das exportações mundiais, seguido pela Alemanha, com 7,7% das vendas no mundo.

Nesse cenário, a globalização tem sido percebida como promotora do declínio das identidades territoriais sob as forças da standardização, a desconstrução do local enquanto singularidade das culturas locais, frente à sua cada vez maior permeabilidade às influências externas. Cultura local é aqui entendida como a cultura particular de um grupo que, a partir de relações cotidianas em espaços geográficos relativamente pequenos e delimitados; estabelece códigos comuns e sistemas próprios de representação.

Dessa ótica, as redes de comunicação, atuando como cadeias de fluxos contínuos de ideários e valor externo à localidade estaria contribuindo para descolar os indivíduos e comunidades de seu ambiente imediato, vinculando-os a outros espaços de referência que não mais o território, enquanto continente de memória coletiva. O indivíduo constrói então seu próprio espaço de referência, identifica-se com lugares que não correspondem mais ao seu bairro, à rua região, nem mesmo a seus pais. O caráter crescentemente urbano da vida social acentua a tendência ao estabelecimento de padrões comuns entre as diferentes localidades.

Nesse contexto, o global urbano designa a cidade e a vida na cidade, além de passar a designar a sociedade, que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade enquanto lugar, estabelecendo um padrão global de vida e, sociedade. Alguns entendem que, desse ponto de vista, o local torna-se fantasmagórico, desprovido de um significado próprio e fortemente condicionado por influência externas.

De uma perspectiva distinta, outros acreditam que a globalização não significa o fim de toda identidade territorial estável, mas que, ao contrario, cada sociedade ou grupo social é capaz de preservar e desenvolver seu próprio quadro de representações, expressando uma identidade e uma memória espacial que engendram a solidariedade comunitária.

Assinala-se ainda que o local constitui suporte e condição para relações globais; é nele que a globalização se expressa concretamente e beneficia-se das especificidades. A globalização avança não só pela incorporação extensiva de novos espaços como, sobretudo pela valorização seletiva das diferenças. Ai reside um aparente paradoxo: quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro de espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital.

Na verdade, se o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte viabilizou uma maior mobilidade geográfica de capitais, isso permite aos capitalistas tirar mais (e não menos) vantagem das pequenas diferenças entre os lugares em termos de qualidade; quantidade e custos dos recursos. A partir do potencial do novo padrão tecnológico, local redefine-se, atuando também como no de conexão entre pontos distantes e ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes informação que se estabelecem em escala planetária.

Por outro lado, as expressões territoriais de afirmação da identidade e da tradição de cada território – nação, região ou lugar- não constituem meros instrumentos de interesse externos. Constituem expressões de resistência pelos que se vêm marginalizados no processo de globalização; como também de capitalização de especificidades e potencialidades locais transformando em elementos de valorização estratégica dos territórios. Tais movimentos migram freqüentemente de esfera cultural e simbólica para as arenas política e econômica, exaltando um novo regionalismo, que pode vir a atuar como um substituto de um ideário territorial e de uma conformação produtiva territorial muitas vezes inexistente ou desconsiderada em nível nacional.

Na globalização estabelecem-se novas conexões entre o local e o mundial, muitas vezes sobre passando o espaço nacional e transformando-o em subsistema, segmento ou província de uma totalidade histórica e geográfica mais ampla. Os Estados e suas soberanias são assim afetados, tanto externamente, pelas forças da globalização, quanto internamente pela tendência atomizante produzida por enclaves econômicos e territorialidades políticas diretamente articuladas ao espaço transnacional. Daí muitos considerarem que a soberania das Estado-Nações perdeu sentido e eficácia, bem como o Estado deixou de ser o principal protagonista das arenas políticas e econômicas.

Ao contrário, porém, verifica-se que a nova dialética global-local não prescindem do papel dos Estados-nações nem da intervenção dos Estados. Esses oferecem condições para que tal dialética se reproduza, do mesmo modo que dela se valem para sua própria projeção no cenário globalizado, sendo essencial, para tanto; políticas públicas de vários tipos. Só poderá haver aí certo tipo de regiões que ganham (ou antes, certa maneira de ganhar, para uma região) no quadro de certo tipo de Estado nacional ou confederado, e esses Estados só ganharão na competição econômica internacional se souberem suscitar esse tipo de regiões que ganham.

O que se torna mais evidente é que o poder é multidimensional e multiescalar, envolvendo uma variada gama de atores sociais que manifestam poder nas várias escalas geográficas. Não se restringe, portanto, ao poder do Estado, do mesmo modo que quando se fala em território, não se designa apenas o espaço próprio do Estado-nação. A simultaneidade de superestado e um poder multiescalar representado por regiões e /ou Estados que atuam como regiões não expressam o fim do Estado, mas um ajustamento da espacialidade do sistema para sua permanência. Significa que o Estado não é mais a única representação do político, nem única escala de poder, mas certamente é uma delas, mantendo-se ainda, embora com novas formas e funções.

Esse processo pode sinalizar a emergência de novos atores, que atuam com base em novas territorialidades e que expressam novas formas de governança e organização do território. Pode representar também, no entanto a fragmentação política em interesses localizados, vulnerabilizando o poder dos Estados e a integridade dos espaços nacionais.

O desmantelamento do bloco soviético, em fins dos anos 1980, caracterizou o fim da bipolaridade do sistema internacional, dando lugar à formação ou reestruturação de várias configurações regionais e sub-regionais, particularmente na Europa, na América Latina “ na Ásia industrializada. A busca de mercados mais fortes, a

intensificação do comércio e o desejo dos grandes agentes econômicos de criar um ambiente mais estável e mais previsível frente às incertezas quanto à evolução do cenário internacional estão entre os principais objetivos dessas iniciativas.

A formação de megablocos regionais coincide com a afirmação de modalidades de comércio administrado em larga escala e a tendência à concentração dos fluxos de comércio e investimento nas áreas mais dinâmicas do planeta. Essas regionalizações visam permitir às respectivas economias, mas, sobretudo, que Estados líderes e às empresas neles situadas participem de modo mais agressivo do comércio mundial, buscando a cobiçada hegemonia. A integração europeia é uma das mais abrangentes e complexas; objetivando prover o livre fluxo de bens, serviços, capitais e pessoas; uma política exterior e de defesa comuns; uma cidadania europeia e um maior papel do parlamento europeu.

A concretização da unidade jurídico-política-econômica em nível continental teve de enfrentar, por sua vez, problemas como diferenças de coloração ideológica ou de filosofia política entre os países, forte caráter nacional dos partidos, diferenças nacionais no tratamento de assuntos como controle de drogas, terrorismo e migração ilegal, preocupação com o descompasso e o predomínio político; comercial, militar e / ou cultural de países economicamente mais fortes, além da persistência de movimento regionais, de caráter étnico ou religioso, muitos dos quais de cunho separatista se nacionalistas.

No continente americano, há distintas iniciativas multilaterais em diferentes estágios, visando à integração regional, entre as quais o NAFTA, o MERCOSUL e a ALCA; Seu nível de abrangência é diverso, envolvendo desde acesso a mercados, normas de comércio, serviços, investimentos e propriedade intelectual, até outras áreas, tais como educação, mercado de trabalho e meio ambiente. Os problemas que se colocam a essas regionalizações devem-se ao temor de competição desigual e de subordinação nas relações econômicas e comerciais, por parte dos países mais vulneráveis, passando por reações de movimentos sindicalistas, em razão de disparidades salariais, de legislação trabalhista e de qualificação da mão-de-obra, e até de ambientalistas, pelas diferenças de rigor na legislação, no controle e nos padrões ambientais entre países.

Os novos blocos agrupamentos regionais; em escala continental, têm sido usualmente percebido a partir de sua natureza estritamente geoeconômica ou comercial.

No entanto, embora a necessidade econômica tenha constituído a motivação central desses processos de integração regional, não se pode ignorar suas dimensões geopolíticas e geocultural. Sobre a dimensão geoeconômica dos atuais agrupamentos regionais, verificam-se dois grandes conjuntos de argumentos. Para um deles, tais blocos regionais podem tender a concentrar o comércio em nível intra-regional, em detrimento de iniciativas multilaterais. A criação de blocos regionais seria uma resposta protecionista ao próprio protecionismo praticado pelo mercado atual. Desse ponto de vista mais forte do que a própria tendência à globalização da economia.

Outro grupo de opiniões, ainda que variado, converge no sentido de relativizar os impactos dos atuais regionalizações sobre o multilateralismo no comércio mundial. Alguns sustentam que a formação desses blocos irá contribuir para uma economia mundial mais aberta e integrada; outros assinalam que a constituição desses pólos de troca não suprime a interdependência entre eles. Segundo essa perspectiva, já não há mais espaço para a mesma noção de bloco comercial que marcou o período entre - guerras, significando a organização devastas regiões econômicas em busca de auto-suficiência em produtos estratégicos.

Esse ponto de vista é ilustrado por uma série de exemplos: n União Européia, cujo mercado é insuficientemente grande para a excedente capacidade operativa das empresas da região, além de já contar com a presença de empresas norte-americanas e japonesas na disputa de oportunidade nesse espaço; no NAFTA, ha o ônus dos desequilíbrios entre as condições sócio econômicas dos três países integrantes, além das intensas relações comerciais dos Estados Unidos com o Japão e a Europa; na Ásia, a pujança das empresas japonesas não lhes permite abrir mão de seus interesses multinacionais além de sua participação no mercado regional. A dimensão geocultural é considerada uma das mais delicadas. Primeiro, porque, tendo se iniciado no âmbito econômico, projetando-se para o político o estabelecimento desses blocos regionais não ira, conseqüentemente construir uma identidade cultural regional.

Segundo, porque estão sendo induzidos e conduzidos preponderantemente a partir dos interesses dos grandes grupos econômicos, sem atentar para se existe, de fato, identidades regionais subjacentes. No caso europeu, que é um dos mais emblemáticos por ser o mais abrangente,lança-se a indagação. A Europa, como encontro de espaço e de projeto, existe. Mas, e os europeus?

Com respeito à dimensão geopolítica, um primeiro aspecto refere-se à dinâmica política interna a esses blocos regionais: à maneira não só como os países integrantes desses agrupamentos de relacionam entre si, mas também à percepção dos diferentes extratos sociais presentes nas diferentes escalas geográficas no âmbito de todos os países. Sobre esses aspectos, é problemática a assimetria entre os países membros no que toca seus níveis de desenvolvimento econômico, influência política, arcabouços institucionais, dimensões populacionais e até extensões territoriais.

Evidencia-se, assim como fundamental para que tais regionalizações sejam consistentes no longo prazo, que sejam considerados os aspectos não apenas de natureza econômica ambiental. Isso requer que tais processos envolvam não apenas o compromisso dos Estados e o interesse dos grandes agentes econômicos, mas também a participação e a adesão dos diferentes extratos sociais. E ainda que mobilizem não apenas motivações nacionais, mas sub-regionais e locais.

Por fim, do ponto de vista geopolítico global, visualiza-se a configuração de um novo arranjo ou equilíbrio de forças, que, ainda que competidoras entre si em torno desses pólos regionais tendem a constituir-se, no conjunto, em um novo bloco de poder de indiscutível hegemonia no cenário mundial. Desse ponto de vista, a feição da nova ordem mundial expressa à tendência a uni polaridade em blocos econômico-comerciais representados pela tríade Estados Unidos, Europa, Japão, ou agrupados no G-8.

Desponta também a China enquanto pólo emergente de poder, tanto em nível asiático quanto em escala global. Sem dúvida, os ventos da globalização e da transformação da base técnica-produtiva trouxeram, em contrapartida, a revalorização do território e alçaram a territorialidade a fator de dinamismo, diferenciação e competitividade. A importância que hoje se atribui que tema da territorialização reside, justamente, naquilo que, nas palavras do Milton Santos, ela gera de outras racionalidades ou irracionalidades, relativamente à lógica de mercado predominante: exercício da solidariedade e integração no processo da ação por parte dos agentes econômicos, políticos e sociais que interagem no território. Na verdade, são contra as racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm ali a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica.

A territorialidade não traduz, portanto, apenas uma relação com o meio: ela é uma relação triangular entre os atores sociais mediada pelo espaço. Caberia, então,

questionar- dado que a territorialidade se constrói a partir de processos de interação no território ao longo do tempo histórico – se é possível pensar e implementar ações, nas esferas publicas e privada, que visem engendrará-la ou, pelo menos, titilá-la. E mais: é pertinente fazê-lo com objetivo de promover a valorização produtiva e comercial de recursos locais?A primeira questão, diríamos que sim, em termos. São possíveis formas de fortalecer territorialidades, estimulando laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu –suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental pratica produtivas e potencialidades econômicas. Mas dificilmente será possível construir territorialidades a partir do externo sem uma base prévia, sem uma dotação inicial de capital sócio territorial, acumulado e herdado a partir dos processos históricos de mais longo prazo.

Sobre a segunda questão, identificam-se, pelo menos, duas perspectivas de valorização das diferenças e especificidades territoriais no atual quadro de forças. Uma investe-se de caráter eminentemente instrumental e é predominantemente movida por interesses externos ao território sobre o qual se pretende atuar, outra emerge de forma mais comprometida com objetivos de desenvolvimento local e endógeno. Tais perspectivas podem até ser predeterminados simplesmente por divisões politico-administrativas, pode-se tê-lo como ponto de partida, por serem relativamente mais estáveis e de mais fácil visualização e reconhecimento, e por serem, já, objeto de estratégias territoriais que propiciam o desenvolvimento dessas unicidades e territorialidades decorrentes da: geração de conhecimento sobre o território enquanto sistema de objetos e sistema de ações e relações. Trata-se de identificar e caracterizar as especificidades que melhor traduza me distinguem aquele território, bem como as que representem potencialidades de vantagens comparativas, de dinamismo socioeconômico local, de desenvolvimento sustentável. Esse conhecimento pode estruturar-se a partir das quatro dimensões do território:a) dimensão física e natural: base de recursos naturais e infra-estrutura disponível;b) dimensão político-institucional-organizacional: quem faz o que (os atores e suas praticas territoriais), quais processos levam às ações localizadas (suas motivações), como se engendam as redes de relações (com quem e como se desenvolvem ações de cooperação, como se caracterizam os níveis de hierarquia, conflitos e desigualdades);c)dimensão simbolica-cultural: crenças, mito, representações, valores, símbolos que dão sentido de identidade e de pertencimento; d) dimensão

econômica: potencialidades e tipicidades, base técnica base de conhecimento(tácitos e codificados) e estrutura produtiva local;e) – A promoção de sociabilidades, identificando e mobilizando particularmente aqueles atores e segmentos sociais que imprimam um dinamismo local e que se caracterizem por serem genuínos e com tradição Trata-se de buscar possíveis modalidades de ação coletiva;f)– O reconhecimento e a valorização da territorialidade como elemento não apenas de dinamização produtiva e comercial, mas como forma de desenvolvimento local sustentável.Trata-se de regatar e valorizar imagens e símbolos, definir níveis de intervenção dos poderes públicos e organizações locais, e estabelecer parâmetros de qualidade e de sustentabilidade em todos os níveis.

4. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Embora os contextos histórico-geográfico e sócio-econômico do Brasil e da França sejam bastante distintos, nos dois países à modernização da agricultura se intensificou nas décadas de 1950 e 1960, por meio da incorporação do pacote tecnológico da revolução verde.O processo de modernização da agricultura, tanto na França como no Brasil, ao mesmo tempo em que propiciou o crescimento da produção e da produtividade das lavouras, provocou a ampliação na escala das explorações, a liberação de mão-de-obra e, conseqüentemente, o êxodo rural e migração descontrolada.

Atualmente, o Brasil é perpassado por estratégias de desenvolvimento voltado à reprodução socioeconômica do agronegócio e a competitividade da indústria e setor serviços baseados em critérios universais de crescimento econômico, difundidos pelo forte processo de globalização desprezando vários analistas que concordam em eleger a produção e comercialização como protagonista da política orientada para o desenvolvimento, global, desprezando os indicativos de mudanças. Especialmente quando se leva em conta que há décadas essa forma social de produção e sua base universalizada, ainda que responsável por grande parte dos alimentos produzido associado às ações do Estado, que orientou e estimula as políticas de modernização em benefício do agronegócio e do grande empreendimento urbano.

Todavia procuramos implemente uma estratégia que mescle critérios universais respeitando nas especificidades e vantagens comparativas, pois o cenário interno e internacional nos impõe muitos constrangimentos ao nosso processo de desenvolvimento econômico com equidade social e melhorias ambientais, visando um

processo de mudança sustentável, mesmo tendo que enfrentar for resistências internacionais, pois Nos últimos 12 meses acumulados até março, a taxa de crescimento do PIB ante os 12 meses precedentes mostrou nova queda, ficando em torno de 0,9% ao ano (a.a.).

Essa taxa vem caindo seguidamente desde o final de 2010, quando o insustentável pico de 7,6% foi alcançado. À época, o próprio governo apoiou a percepção de que o Brasil estava “bom bando” e não se tratava de um mero efeito estatístico.

Estima-se, contudo, que a taxa de crescimento do PIB potencial, ou sustentável, oscila hoje ao redor de 3,4%. Para frente, a média dos mercados vê o PIB fechando em 1% em dezembro deste ano e em 3% no final do ano que vem, com muita dispersão. Por essa visão, antes do final de 2013 cruzaremos a linha da taxa sustentável do PIB, a partir de quando caberá, talvez, até desacelerar a economia, a fim de trazê-la de volta ao equilíbrio.

A atual frustração se deve ao esgotamento da estratégia de crescimento puxado pelo crédito interno e ao acirramento da crise européia, que arrasta consigo, para baixo, a atividade econômica do resto do mundo, incluindo países como a China, de alto peso na demanda externa por nossos produtos.

O difícil é reativar a demanda pelo lado sustentável, o do investimento. Na área privada, mesmo se o consumo crescer mais, o quadro é incerto. Entre os investidores estrangeiros há uma nova nuvem de preocupação com o país. Por sua vez, o governo sinaliza mudanças, mas o investimento público padece de duas doenças, já antigas: a inoperância governamental e a falta de recursos, ou seja, de poupança pública.

Após décadas de sucateamento e ingerência política indevida, tenta-se hoje reorganizar a área de transportes, a de maior peso nos investimentos, na qual o grau de execução dos investimentos ficou entre 22% e 50% da dotação total atualizada, de 2001 a 2011. Difícil é reativar a demanda pelo lado sustentável, o do investimento.

Considerando que a restrição de poupança logo aparecerá, a saída é atrair investidores privados para a infra-estruturar, via concessão ou parceria, que obviamente irão comparar essa com outras oportunidades de inversão antes de tomarem suas decisões. As concessões foram retomadas no atual governo, mas a ânsia dos dirigentes políticos em geral de agradar aos usuários dos serviços de infra-estruturar via

achatamento tarifário sem cobrir os subsídios implícitos tem, contudo, afugentado os melhores investidores e operadores, abrindo espaço para os oportunistas.

Estes fingem aceitar condições desfavoráveis, como se entrassem no negócio para perder, apostando em revisão futura dos contratos, com vistas a recompor condições econômicas sustentáveis. Ao final, o investimento demora ou não acontece ou vira elefante branco. Ou seja, para sairmos do imbróglio atual, o governo deve entrar para valer e mudar sua postura em relação ao investimento privado em infra-estruturar.

O redirecionamento dos investimentos privados em prol da área de infra-estruturar tem a vantagem adicional do conseqüente aumento de produtividade. De fato, como a infra-estruturar presta importante serviço a si mesma e aos demais setores, serviço esse que não pode ser importado do exterior, se não houver investimento suficiente e de qualidade, os custos sobem e o PIB cresce menos.

Em síntese, quanto maior o peso dos investimentos em infra-estruturar de qualidade no total, maior o crescimento da produtividade e do PIB sustentável e capaz de atravessa essa crise global que analisada de qualquer ângulo, nota-se claramente um forte ambiente desfavorável ao nosso processo sustentável de desenvolvimento.

Neste contexto, os pequenos produtores brasileiros excluídos do processo de modernização não são absorvidos pelo mercado de produtos e menos no de trabalho e, em conseqüência, permaneceram em situação de vulnerabilidade e de exclusão econômica e social tanto nas cidades como no meio rural. Mesmo no Estado de São Paulo, o mais rico da federação, as desigualdades sociais e econômicas são muito expressivas e nele foram reproduzidos os problemas de exclusão social e de incapacidade de absorção da mão-de-obra ofertada. Indo de encontro ao viés urbano que caracteriza nossa cultura, deve-se defender que o meio rural e urbano tem um papel estratégico no desenvolvimento brasileiro e que não interessa apenas aos habitantes das zonas rurais, uma vez que a própria dinâmica urbana vem demandando novos bens e serviços por parte do meio rural. É preciso assumir que “(...) o destino das áreas não densamente povoadas não é necessariamente o atraso e o abandono” e, sobretudo, que “O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das “Prerrogativas centrais da construção de novos territórios” (ABRAMOVAY, 1998b, p. 11). Ao mesmo tempo em que no Brasil o poder de intervenção institucional (governamental ou não) sobre os usos do espaço e a produção é relativamente limitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R., R. MAGALHÃES Y M. SCHRÖDER. **A agricultura familiar entre o setor e o território**. Informe final de unproyecto de investigació. 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim” dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

RAINELLI P. **L’agriculture de demain : gagnants et perdants de la mondialisation**. Éditions Félin, Collect. ‘Echéances’, Paris, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Un nouveau paradigme pour comprendre le monde d’aujourd’hui**. Paris. Fayard, 2005.

WEBSTER, Neil. **Understanding the Evolving Diversities and Originalities in Rural Social Movements in the Age of Globalization** – UNRISD – Ginebra - *Civil Society and Social Movements Program* – Paper number, 2004.